

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

Rozineide Iraci Pereira da Silva¹
Maria Aparecida Dantas Bezerra²
Maria Ilza Gomes Ferreira Silva³
Ana Paula do Nascimento⁴
Orientadora: Nair Alves dos Santos Silva⁵

RESUMO

A educação inclusiva diz respeito à relevância do ser humano em sua peculiaridade, respeitando as diferenças, examinando o meio social dos indivíduos. Ponderar sobre a educação inclusiva aponta a indagação de como a equipe do Atendimento Educacional Especializado-AEE contribui no desenvolvimento dos estudantes com transtorno global do desenvolvimento. Logo, o objetivo geral da pesquisa busca-se analisar a contribuição do psicopedagogo no processo ensino-aprendizagem dos estudantes com transtorno global do desenvolvimento na educação básica. Nessa conjuntura, a educação inclusiva, evidencia a necessidade de considerarmos as diferenças presentes em sala de aula, tais como o ritmo de aprendizagem, modos diferentes de apreensão do conhecimento, a metodologia e recursos utilizados para o ensino, entre outros aspectos relativos ao processo de ensino- aprendizagem, que incidem sobre a perspectiva inclusiva de educação. Conforme o método investigativo da pesquisa foi realizado através de uma abordagem qualitativa com procedimento metodológico bibliográfico, documental e de campo em uma escola municipal de uma cidade do agreste pernambucano, utilizando como instrumento um questionário, com objetivo exploratório descritivo em quadros. O resultado da pesquisa apontou que os psicopedagogos fortalecem os estímulos na rotina escolar dos estudantes diante das suas intervenções pedagógicas na sala de recurso multifuncional. Porém, rastreiam com as experiências cotidianas em seu atendimento educacional lapidando a singularidade de cada estudante na sala de recurso multifuncional enaltecendo o desenvolvimento cognitivo do estudante no ensino regular.

Palavras-chave: Psicopedagogo, Educação inclusiva, Intervenção pedagógica, Aprendizagem.

¹ Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com;

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, cidaaulinho@hotmail.com;

³ Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, gomesilza907@gmail.com;

⁴ Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, paulailton225@gmail.com;

⁵ Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, bvnairalves@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A escolha pelo objeto de estudo deveu-se a percepção de que a educação inclusiva e as práticas docentes estão no processo de construção na escola regular, assim resolvemos pesquisar, como acontece a contribuição do psicopedagogo no processo ensino-aprendizagem dos estudantes com transtorno global do desenvolvimento na prática da educação inclusiva na escola regular do município de Cumaru-PE.

Ressalta-se que o foco da pesquisa não é discutir sobre o que é o autismo e sim labutar a contribuição do psicopedagogo no processo ensino-aprendizagem dos estudantes da educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação básica, partindo das reflexões dos profissionais que atuam na sala de recursos multifuncionais.

No entanto torna-se saliente na última edição o DSM-V traz a classificação utilizada atualmente, a classificação Transtornos Globais do Desenvolvimento foi substituída pelo novo termo Transtorno do Espectro Autista (TEA). O termo Espectro é apresentado em face às várias manifestações de um transtorno, diversos níveis de comprometimento, sintomas e comportamentos dos sujeitos em relação ao comportamento humano, ao perfil cognitivo de maneira emergente de indivíduo para indivíduo. “A inclusão do TEA, dentro de um único grupo, facilitando a compreensão dos sintomas do autismo, seja por profissionais ou pelos familiares” (GILLET, 2015, p. 252).

A educação inclusiva é o processamento que advém em escolas de qualquer nível qualificadas e adaptadas para assegurar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e dificuldades, cabem à escola proporcionar atendimentos qualificados com técnicas inovadoras buscando suporte da contribuição do psicopedagogo.

A discussão sobre, a inclusão escolar é uma forma de incorporação em que a escola comum tradicional é alterada para ser capaz de acolher qualquer estudante incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Conforme Sasaki na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (SASSAKI, 1998, p. 8).

Para que os discentes consigam ser inseridos nas salas regulares é necessário que não sejam apenas integrados, mais que haja a inclusão dos discentes nas salas de aula

regular, englobando desta forma a teoria e a prática do docente voltada não só para os discentes “ditos normais”, mais também para os que apresentam deficiência.

Neste sentido o tema está relacionado à prática e as contribuições do psicopedagogo, pois precisaram compreender que a educação inclusiva deve partir da prática docente na escola regular, no qual o espaço escolar está sendo preparado para lidar com essas situações que surgem no cotidiano.

A psicopedagogia é um ramo de estudos entre saúde e educação que se preocupa com os estudos e as intervenções relativas aos problemas de aprendizagem, considerando a influência dos aspectos cognitivos e afetivos que envolvem o aluno (BOSSA, 2019). Do mesmo modo, valoriza-se o espaço relacional entre pensamento e afeto, e nessa perspectiva, a psicopedagogia distingue que é necessário conceber possibilidades de conhecimento, ou seja, proporciona ferramentas psicopedagógicas para a transformação do indivíduo em um sujeito racional.

A lacuna da aprendizagem coage uma amplitude revelada, portanto, é essencial desprender-se da crença de que somente na escola regular deve-se lutar pela inclusão. Instituições de ensino que prezam pela qualidade dele, precisam compreender que existe um profissional adequado para promover técnicas de ensino que atendam a demanda da inclusão e que este não substitui o pedagogo, sendo fundamental o trabalho em equipe.

Ganha relevância a pesquisa com o objetivo geral analisar a contribuição do psicopedagogo no processo ensino-aprendizagem dos estudantes com transtorno global do desenvolvimento na educação básica. Entretanto, o psicopedagogo trabalha vinculado à instituição, assessorando ou integrando a equipe pedagógica e orientando quando necessário.

Diante das variadas demandas referentes ao processo ensino-aprendizagem surge, então, a psicopedagogia institucional como forma de prevenção da dificuldade e do transtorno de aprendizagem, logo, contribuindo para uma melhor compreensão destes processos.

Menciona-se que o psicopedagogo, além de designar recursos avaliativos focados no processo do conhecimento, ao invés de dar ênfase somente no resultado, sustentado pela compreensão das funções cognitivas, tem o papel fundamental de elaborar junto à instituição a sua identidade.

Conseqüentemente, ele favorece na elaboração do Projeto Político Pedagógico-PPP, trazendo a comunidade para elaboração das metas institucionais, valores de formação dos sujeitos, responsabilidades e respeito à diversidade. Em vista disso, é através de uma concepção coletiva entre escola e sociedade há o comprometimento em atender o que a escola projeta, de acordo com seu histórico e princípios filosóficos e as suas reais ações na recomendação da inclusão.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi constituída por procedimentos bibliográficos, documental e de campo com abordagem qualitativa foram obtidos através da aplicabilidade do instrumento avaliativo, ou seja, questionários que foram aplicados aos docentes e ao psicopedagogo, analisando concepções e fundamentações teóricas em consonância com o objeto de estudo.

A investigação dos acontecimentos que surgem no contexto humano. Para que se tornasse possível à análise dos acontecimentos a ciência passou a se utilizar de técnicas e métodos característicos da pesquisa científica.

As pesquisas de Cervo e Bervian (2002) encontram respaldo em:

A ciência é um modo de compreender e analisar o mundo empírico, envolvendo o conjunto de procedimentos e a busca do conhecimento científico através do uso da consciência crítica que levará o pesquisador a distinguir o essencial do superficial e o principal do secundário. (CERVO; BERVIAN, 2002, p.16).

A utilização dos métodos científicos é de suma importância na padronização de dados e informações que resultam no alcance dos objetivos do pesquisador. O caminho para se alcançar tais resultados denomina-se metodologia científica que leva o pesquisador a transitar pelos caminhos que levam ao ensino.

Foi coletada uma amostra significativa dos docentes e do psicopedagogo os participantes da pesquisa, para ser compreendida a educação inclusiva e a contribuição do psicopedagogo no processo ensino-aprendizagem dos estudantes com transtornos globais do desenvolvimento.

Esta pesquisa foi realizada em 01 (uma) escola, da rede municipal de ensino de Cumaru-PE. Os sujeitos da pesquisa foram 02 (duas) psicopedagogas e 05 (cinco)

professores, os docentes todos possuem nível superior completo que lecionam na sala de recurso no Atendimento Educacional Especializado-AEE da educação básica dos anos iniciais e finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

AÇÃO PSICOPEDAGÓGICA INCLUSIVA DA PESSOA COM TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO

No Brasil, a Educação Inclusiva é respaldada pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que preconizam a matrícula de todos os estudantes público-alvo da educação especial em turmas regulares, seguindo o princípio da educação para todos.

A educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, possibilita, aos educadores, conhecer as metodologias, as técnicas e as estratégias para a educação de crianças que possuem diagnósticos. Outro fator importante é saber como promover a inclusão com os demais alunos da instituição. Por que necessitamos compreender deste assunto? Há diversos motivos, sobretudo se quisermos fazer a diferença na vida de pessoas que necessitam de atenção.

É necessário ficar claro que a inclusão escolar é um direito de todos, e o papel da escola e de todos é justamente acabar com essas distinções na formação de um pensamento mais justo e democrático, lidando com o que não é comum, aprendendo, conhecendo e, sobretudo, respeitando.

No entanto, sabemos que a inclusão, por sua vez, significa oferecer as condições necessárias para que o aluno, além de entrar na escola, possa realmente aprender e conviver com os demais colegas.

Assim, podemos refletir sobre o papel da avaliação da intervenção pedagógica e psicopedagógica do Atendimento Educacional Especializado- AEE na escola e a importância dos processos avaliativos: seria avaliar o aluno no processo de ensino-aprendizagem ou seria a avaliação um recurso para replanejar à proposta de ensino, diante da identificação de barreiras nos processos de aprendizagem.

Cabe frisar que a avaliação psicopedagógica constantemente se inicia com a detecção de uma necessidade que corrobora no desenvolvimento do indivíduo. Concretiza-se em uma demanda de intervenção profissional com a finalidade de

buscar melhorias da situação colocada. A partir da avaliação pode-se estabelecer uma reflexão profissional que nos ajude a pensar quais estratégias didáticas podem ser mais eficazes para cada situação, quais as técnicas deficitárias que serão necessárias de serem alteradas para a melhor aprendizagem do indivíduo em questão.

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são ocasionados por distúrbios no desenvolvimento cerebral que afetam a sociabilidade e a comunicação dos indivíduos. Incluem-se nesta condição, dentre outras patologias, a síndrome de Rett, o Autismo e a síndrome de Asperger (PEREIRA; SCHMITT, 2016).

Sob essas circunstâncias, cabe frisar que nos proporcionam referências substanciais das conexões: social, escolar, familiar, cultural nos quais o sujeito está inserido. Portanto, usufruímos de informações para intervenção psicopedagógica. A criança precisa ser estimulada a querer aprender a ler e escrever. A escola, por sua vez, transmite a cultura do povo onde as crianças estão inseridas, mas muitas vezes subestima as singularidades dos indivíduos que geralmente tem seu ritmo diferenciado ou limitação.

No contexto que temos, atualmente, as ideias de Mantoan (2003), para transformar a escola nos autorizam a propor uma escola única e para todos, em que a cooperação substituirá a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se articulem e se componham e que os talentos de cada um sobressaiam (MANTOAN, 2003, p.29).

Além disso, os Transtornos Globais do Desenvolvimento abarcam uma série de transtornos que indicam como particularidades comuns: deficiência na linguagem, déficits na comunicação e interação social, dentre outros. O transtorno caracteriza-se por uma síndrome comportamental que apresenta comprometimentos das áreas de interação social e da linguagem/comunicação, além da presença de comportamentos restritivos e estereotipados. (American Psychiatric Association – APA, 2013).

Através da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), vem endossar as discussões acerca da inclusão em todas as esferas e âmbitos da sociedade. Destina-se a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

No seu art.27, toma como foco o direito à educação a ser assegurado em sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e aprendizados ao longo da vida, objetivando que alcancem o máximo desenvolvimento possível de talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, conforme características, interesses e necessidades da pessoa com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/96, corrobora no Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2023).

- I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 2023, p. 43).

Em consonância com o nível de exigência superior estruturado, o MEC propõe a implementação e implantação do Programa Escola Acessível que constitui uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo, concorrendo para a efetivação da meta de inclusão plena, condição indispensável para uma educação de qualidade (BRASIL, 2008, p. 3).

Enaltecer a articulação a acessibilidade e inclusão dos estudantes com deficiência no âmbito escolar é uma das formas mais ponderadas da equidade e de respeito a todos os sujeitos ao direito à aprendizagem, assegurar-lhes acesso ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações.

A referência reguladora do movimento em busca da efetiva implementação da educação inclusiva é a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que, no Art. 59, já afirmava, de forma deliberativa. A partir da estimativa que as escolas devem proporcionar o acolhimento adequado a todas as pessoas com necessidades específicas, incluindo-se neste contexto as pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento-

TGD, torna-se primordial desenvolver uma pedagogia intermediária no amadurecimento destes discentes e na formação dos professores da rede pública regular de ensino corroborando com as intervenções do psicopedagogo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados aborda o processo de formação e práticas pedagógicas aplicadas pelos professores e psicopedagogos entrevistados que trabalham na rede municipal de ensino de uma cidade do agreste pernambucano que atuam no Atendimento Educacional Especializado-AEE, tomando como principal referência, as respostas aos questionários e os discursos trazidos pelos professores e psicopedagogos entrevistados referentes ao processo de ensino-aprendizagem nas intervenções pedagógicas do atendimento individual das pessoas com transtorno global do desenvolvimento.

Foi perguntado aos professores do AEE como eles adaptam as atividades dos estudantes com transtorno global do desenvolvimento? Segundo os professores:

Adaptar atividades para o público da educação inclusiva não é fácil, pois precisa-se meios de encaminhamentos a partir de um diagnóstico de cada estudante, ser professor do atendimento educacional especializado é muito desafiador (PROFESSORA-1, 2023);

Adapto a partir da necessidade do discente, gosto de confeccionar materiais pedagógicos que chame a atenção, a concentração para enaltecer o Hiperfoco que alguns estudantes apontam no momento de cada intervenção das sessões pedagógicas (PROFESSORA-2, 2023);

Quando se fala em adaptar as atividades penso em primeiro investigar a necessidade do meu aluno diante da contribuição da elaboração da anamnese para poder buscar subsídios de atividades motivadoras respaldadas nas adversidades apontadas na anamnese de cada aluno (PROFESSORA-3, 2023);

A partir das necessidades apontadas pelo o aluno, gosto de confeccionar jogos de leitura e jogos para fomentar as operações aritméticas com materiais recicláveis para desenvolver a cognição dos meus estudantes diante das propostas curriculares do ensino regular (PROFESSORA-4, 2023);

Gosto de adaptar as atividades de acordo com o nível de desenvolvimento do estudante analiso primeiro o desempenho cognitivo de cada aluno para buscar meios para fortalecer sua aprendizagem diante de vários jogos pedagógicos confeccionados com sucatas e alguns fornecidos pelo MEC (PROFESSORA-5, 2023).

Em resumo, considera-se pertinente dizer que, fica em evidência nas respostas dos professores contribuições alusivas nas diversas confecções de atividades para atender as especificidades do aluno. Ser um profissional da educação requer, segundo Freire (1996), um propósito. Para tanto, é necessário pensar a própria formação.

A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de entender, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo, por isso, é dialógico, e não polêmico (FREIRE, 1996, p. 42).

Um professor dialógico, que entende e se preocupa com as necessidades do outro, sendo inclusivo e entendendo a realidade dos estudantes, a partir da diversidade e da pluralidade de vivências dentro e fora do universo escolar, é o que as escolas da atualidade necessitam. Para que qualquer ação inclusiva na escola ocorra, é preciso realizar uma reestruturação das políticas educacionais.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas, de acordo com a deficiência e/ou a dificuldade do estudante em aprender. Corroboramos com o entendimento de que cada estudante tem o próprio tempo para aprender diante das estimulações essenciais em sua rotina.

Partindo para as perguntas aos psicopedagogos percebe-se no quadro abaixo as relevâncias das contribuições de cada sessão psicopedagógicas.

Quadro-01 Perguntas e respostas das psicopedagogas que atuam na sala de recursos multifuncionais

PERGUNTAS/RESPOSTAS	PSICOPEDAGOGA-1	PSICOPEDAGOGA-2
Qual é a sua formação acadêmica?	Sou graduada em pedagogia e tenho especialização em psicopedagogia e educação especial.	Sou graduada em pedagogia e letras, sou especialista em educação especial e psicopedagoga clínica e institucional.
Como você atende os estudantes com transtorno global do desenvolvimento?	Primeiro faço a anamnese junto com a família para conhecer a adversidade do meu aprendente. No entanto facilita cada sessão psicopedagógica.	Gosto de ouvir e entrevistar primeiro a família para depois elaborar o preenchimento da anamnese em seguida realizo a Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem – EOCA.
Quais as técnicas que você utiliza em cada sessão de atendimento?	Eu utilizo jogos educativos que fortalece o vínculo de aprendizagem baseada em diversos jogos Montessori.	Gosto de utilizar diversas técnicas através de vários jogos educativos que envolvam: emoção; atenção; memória; senso percepção; raciocínio; abstração; cálculo e planejamento; linguagem;

		capacidade intelectual.
Você dá suporte aos professores do ensino regular?	Sim.	Sim.
Como você avalia o estudante com transtorno global do desenvolvimento?	Avalio a partir do seu conhecimento adquirido em sua rotina familiar e busco ampliar diante de jogos adaptados em cada sessão nas intervenções pedagógicas.	Avaliar o indivíduo em seu processo educacional não é fácil, porém tento buscar suporte que chame a curiosidade de cada aprendente no momento de cada sessão nas intervenções pedagógicas. Como por exemplo, os aprendentes que atento gosto de avaliar a partir de diversos jogos educativos como, a torre de Londres, a torre inteligente, jogos Montessori, o jogo adaptado da leitura em movimento e entre outros.

Fonte de pesquisa: elaborada pelas autoras, 2023.

Assim, pode-se afirmar que as intervenções psicopedagógica devem prestar suporte amplificando um trabalho com o propósito de criar perspectiva para que a aprendizagem ocorra satisfatoriamente e desenvolver intervenções com o objetivo de detectar e estimular áreas que estão comprometendo o processo de aprender.

A criança desenvolve seus conhecimentos sobre a leitura e a escrita passando por hipóteses, apoiada em conhecimentos prévios e assimilações que dependem do intercâmbio dela com os sujeitos de seu meio (PORTO, 2006, p.58).

Salienta-se que a avaliação psicopedagógica deve ter por objetivo fundamental distinguir no aprendente o seu desenvolvimento e a aprendizagem em relação à atenção e as funções executivas de expressão do comportamento, o ângulo da linguagem, a compreensão leitora, a memória dos processos de ensino e aprendizagem, a motivação intrínseca e extrínseca, as próprias técnicas de aprendizagem, o seu andamento neuromotor, as habilidades matemáticas, portanto como as habilidades sociais de interações interpessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar a contribuição do psicopedagogo no processo ensino-aprendizagem dos estudantes com transtorno global do desenvolvimento na educação básica.

O acréscimo da quantidade de matrículas de discentes com deficiência e Transtornos Globais de Desenvolvimento na rede pública de ensino, a cada dia vem

aumentando inclinada a sua dificuldade, pleiteia que o poder público conduza-se de modo pressuroso e responsável na adoção de medidas que discorram sobre aos direitos das pessoas, de todas as classes sociais, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação, enfatizando a contribuição do psicopedagogo na corroboração do desenvolvimento dos estudantes com TGD.

Advindo da conjectura que todos os sujeitos devem ter seus direitos preservados e, cientes que não se deve inseri-los nas escolas sem que estas estejam preparadas para recebê-los e atendê-los adequadamente, a pesquisa pondera que o acompanhamento psicopedagógico é indispensável e urgente em todo contexto educacional.

O estudo apresentou como parâmetro de melhoria e ponto primordial para a adequação do cenário escolar na perspectiva da educação inclusiva, custear a formação e qualificação dos profissionais da área da educação com vistas a promover o acompanhamento especializado e permitir não somente que o discente encontre completamente incluso neste contexto, mas colaborando para sua existência no meio escolar.

O resultado da pesquisa apontou que os psicopedagogos fortalecem os estímulos na rotina escolar dos estudantes diante das suas intervenções pedagógicas na sala de recurso multifuncional. Porém, rastreiam com as experiências cotidianas em seu atendimento educacional lapidando a singularidade de cada estudante na sala de recurso multifuncional enaltecendo o desenvolvimento cognitivo do estudante no ensino regular.

Compete ao poder público fortalecer esse profissional que é de suma importância da educação e disponibilizar o psicopedagogo em todas as escolas dando-lhe os recursos essenciais aos novos ajustes propostos e produzir técnicas para que o meio escolar esteja em reciprocidade com as famílias dos discentes com Transtornos Globais do Desenvolvimento, pois, com a intervenção psicopedagógicas e pedagógicas, os estudantes se notarão mais assegurados e alcançarão chegar aos princípios e habilidades que os ajudarão em suas aquisições possíveis bem como na elevação das conexões sociais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR** [recurso eletrônico] / [American Psychiatric Association] ; tradução: Daniel Vieira, Marcos Viola Cardoso, Sandra Maria Mallmann

da Rosa; revisão técnica: José Alexandre de Souza Crippa, Flávia de Lima Osório, José Diogo Ribeiro de Souza. – 5. ed., texto revisado. – Porto Alegre : Artmed, 2023.

BOSSA, Nadia. A. **A Psicopedagogia no Brasil – Contribuições a partir da prática**. 5° ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 64 p. ISBN: 978-65-5676-392-7 (PDF).

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília-DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.

BRASIL. MEC/SECADI. Programa Escola Acessível. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9933manual-programa-escolaacessivel&category_slug=fevereiro-2012pdf&Itemid=30192>.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. p. 16.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GILLET, P. **Neuropsicologia do autismo na criança. Coleção Epigênese, desenvolvimento e psicologia**. Lisboa, Portugal. Edições Piaget, 2015.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** São Paulo : Moderna , 2003.

PEREIRA, Kelda de Fátima; SCHMITT Beatriz Dittrich. Produção de conhecimento sobre autismo na escola: uma revisão sistemática na base Scielo. Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul / Unisc >> Ano 17 - Volume 17 - Número 1 - Janeiro/Março 2016.

PORTO, O. **Psicopedagogia Institucional - Teoria, Prática e Assessoramento Psicopedagógico**. Wak, 2006.

SASSAKI, R. K. Entrevista. In: Revista Integração, Brasília, v 8, n. 20, p. 8-10, ago. 1998.

UNESCO. Declaração De Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.